

Tratamento de câncer de mama no SUS e ecocídio serão temas de debate na CDH.

A Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH) aprovou nesta segunda-feira (25) três requerimentos para realização de audiências públicas e um voto de aplauso. As audiências vão tratar, entre outros temas, das dificuldades para tratamento de câncer de mama no Sistema Único de Saúde (SUS) e da proposta de regulamentação do crime de ecocídio.

A senadora Zenaide Maia (Pros-RN) foi a autora do pedido para debater o acompanhamento de câncer de mama no SUS ([REQ 26/2021](#)). Com essa audiência, ela quer prolongar as atividades do Outubro Rosa — mês de conscientização sobre essa modalidade de câncer, que é a que mais vitima mulheres no Brasil.

— O Outubro Rosa escancarou a diferença social. As mulheres pobres que dependem do SUS morrem muito mais de câncer de mama, porque não têm acesso a um diagnóstico precoce e a um tratamento precoce. Como informação é poder, quanto mais a gente falar sobre isso e der conhecimento a essas mulheres, mais elas vão cobrar políticas públicas e, para as políticas públicas que já existem, cobrar sua efetivação — defendeu Zenaide.

O requerimento propõe convites a médicos e entidades de acolhimento a pacientes.

Ecocídio

Já o pedido para discutir o crime de ecocídio ([REQ 27/2021](#)) partiu do senador Fabiano Contarato (Rede-ES), que é o presidente da CDH. O foco da audiência será o

[PL 2.787/2019](#) , relatado por ele, que tipifica esse crime e também o de condutas causadoras de rompimento de barragem.

— O Brasil tem sido cenário de grandes desastres ambientais, que, em paralelo com os danos irreversíveis causados, evidenciam a fragilidade de nossa legislação penal para punir, e, principalmente, evitar que tragédias como essas se repitam — ressaltou o senador, citando os rompimentos de barragens em Mariana (MG) e Brumadinho (MG).

Pessoas com deficiência

Além disso, a pedido da senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP), a CDH vai debater o restabelecimento das atividades do Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (Conade), que está desativado desde 2019 ([REQ 24/2021](#)). Para a senadora, esse cenário configura “grave violação” aos compromissos do Brasil com os direitos das pessoas com deficiência.

A comissão também aprovou requerimento do senador Fabiano Contarato de voto de aplauso ao Comitê de Gênero e Raça do Senado Federal ([REQ 28/2021](#)). O órgão é o responsável pelo Plano de Equidade de Gênero e Raça da instituição, que está na sua segunda edição.

Fonte: Agência Senado